



Palestra

**PLANEJAMENTO EDUCACIONAL:  
O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE MONITORAMENTO E  
AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO  
NORTE DO BRASIL**

Adriana Vilhena Monteiro - UFSCar/Sorocaba\*  
Daniele Xavier Ferreira Giordano - UFSCar/Sorocaba\*\*  
Israel Mascarenhas - UFSCar/Sorocaba\*\*\*  
Paulo Gomes Lima - UFSCar/Sorocaba\*\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo faz parte da primeira etapa da pesquisa intitulada “Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba”, vinculada ao GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação”, pertencente à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, campus Sorocaba, cujo objetivo é o de analisar as ações das instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Sorocaba/SP, no que tange suas formas e resultados encontrados quanto à compreensão da agenda de trabalho, dos fluxos de monitoramento e de avaliação e dos encaminhamentos para correção desses fluxos. Nessa primeira etapa, a temática será pesquisada em todas as regiões brasileiras, a partir da pesquisa do tipo Estado do Conhecimento e o presente artigo aborda a temática com foco na Região Norte do Brasil.

**Palavras-chave:** Planejamento Educacional. Monitoramento e avaliação da educação. Planos Municipais de Educação. Região Norte.

**Introdução**

Partindo do pressuposto em que vivemos numa sociedade capitalista, diferentes conceitos e práticas de planejamento são comumente discutidas em âmbito econômico e, conseqüentemente, seguem um percurso de estabelecimento de metas, que devem ser alcançadas num determinado tempo, para atingir objetivos mais valiosos e vantajosos. No

\*Mestranda em Educação pela UFSCar - Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. Pós-graduada em Gestão Estratégica de Pessoas. Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue. Membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao CNPq. Secretária executiva na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e membro da Comissão de Ética da Universidade Federal do Acre – UFAC.

\*\*Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos –Campus Sorocaba. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharel em Direito e Licenciada em Pedagogia. Membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao CNPq.

\*\*\*Docente na Rede Municipal de Educação de Indaiatuba/SP e membro do GEPLAGE – Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação, vinculado ao CNPq.

\*\*\*\* Pós-Doutor pela UNICAMP. Doutor em Educação Escolar pela UNESP. Líder do GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação e docente do PPGED UFSCar campus Sorocaba/SP. Coordenador do Projeto de Pesquisa.



campo da Educação, um planejamento educacional segue praticamente a mesma linha, ou seja, uma organização baseada em metas com o objetivo principal de alcançar a melhoria da qualidade para a educação, seja na esfera municipal, estadual e federal. Acontece que, apesar de parecer um objetivo claro, por longos anos, vemos na prática diversas tentativas de planejamentos educacionais em busca de melhorias para a educação. Nesse sentido, Azanha destaca que, ainda que haja clareza a respeito dos objetivos da ação do planejamento educacional, se não existir um mínimo de conhecimento das condições existentes numa determinada situação e sem previsão das possíveis alterações, nenhuma ação de mudança será eficaz e eficiente (AZANHA, 1993).

É a partir desse contexto que destacamos o planejamento educacional como um ato em busca de mudanças, porém, além da necessidade de se ter clareza sobre os objetivos que se deseja alcançar, se faz tão importante quanto ter clareza também sobre como se dá tal processo, ou seja, por quem e para quem ele é elaborado. A princípio, ressaltamos que sendo uma forma de intervenção do Estado (HORTA, 1985), o planejamento educacional pode acabar por atender aos interesses de uma classe dominante, uma vez que o Estado seja desprovido de neutralidade. Tal afirmação tem respaldo no sucinto, porém, certo, contexto histórico abordado por Scaff, Oliveira e Lima (2018), que apontam o planejamento educacional brasileiro sendo marcado por intermitências de ordem político-econômica.

Podemos dizer que o planejamento educacional brasileiro, realizado através de planos de educação, estabelecidos por lei, que existem em formato de planos municipais de educação, planos estaduais de educação e plano nacional de educação, é ferramenta imprescindível para o percurso da história da educação brasileira e necessita da participação de pessoas dos mais diversos espaços sociais para que seja construído um patamar educacional mais democrático e em busca da efetiva - e não fantasiosa - melhoria da qualidade de educação.

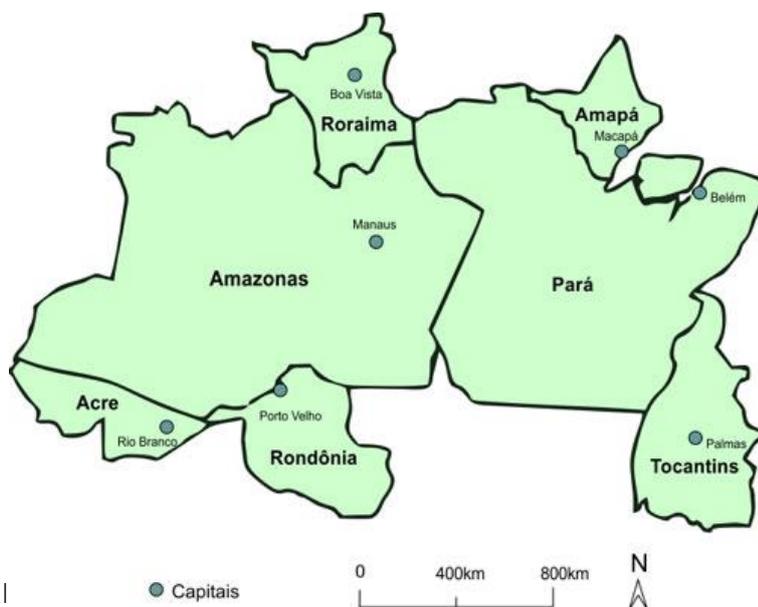
Diante da importância do tema em questão, o presente trabalho é recorte da primeira etapa de uma pesquisa maior, intitulada “*Planejamento Educacional: monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba*”, sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Gomes Lima, líder do grupo GEPLAGE - Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação”, pertencente à Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, *campus* Sorocaba. Nessa primeira etapa, a temática será pesquisada em todas as regiões brasileiras, a partir da pesquisa do tipo Estado do Conhecimento e está dividida entre os pesquisadores do GEPLAGE. Tal pesquisa é de fundamental importância para melhor compreensão acerca do monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação, bem como poderá subsidiar outras pesquisas em relação à necessidade de políticas públicas educacionais.

## A REGIÃO NORTE EM DISCUSSÃO

A Região Norte do Brasil é composta por sete estados: Acre (AC), com 22 municípios; Amazonas (AM), com 62 municípios; Amapá (AP), 16 municípios; Pará (PA), composto por 144 municípios; Rondônia (RO), com 52 municípios e Tocantins (TO), que tem 139 municípios. Com uma área aproximada de 3.853.676,948 km<sup>2</sup>, corresponde a um pouco mais de 45 % do território nacional. É a maior região do Brasil em extensão territorial, porém, é a que possui a menor concentração populacional.

De acordo com o IBGE (2019), possui 18.182.253 milhões de habitantes e sua densidade demográfica é de 4,72 habitantes por km<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,683. O seu rendimento domiciliar *per capita* (em reais) é 950,00 e o seu Produto Interno Bruto (PIB) é 201.511.748.000,00 reais. Dentre os problemas sociais, estão presentes a insuficiência de saneamento ambiental, analfabetismo (atingindo 10% da população) e mortalidade infantil (23,5 a cada mil nascidos vivos).

**Figura 1:** Mapa da Região Norte do Brasil



No âmbito educacional, um dado muito relevante para discussão é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007 para averiguar a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. A seguir, no campo da educação básica, sintetizamos as médias que foram projetadas para cada Estado da Região Norte em comparação às médias alcançadas no último IDEB (INEP, 2019).

**Quadro 1 – Resultados e Metas do IDEB (2019) da Região Norte do Brasil**

Estado	Médias projetadas			Médias alcançadas		
	AIEF*	AFEF**	EM***	AIEF*	AFEF*	EM***
ACRE	5,4	5,3	4,8	5,9	4,9	3,9
AMAZONAS	5,1	4,5	4,0	5,5	4,6	3,6
AMAPÁ	5,2	5,3	4,5	4,9	4,0	3,4
PARÁ	4,7	5,1	4,4	4,9	4,1	3,4
RONDÔNIA	5,6	5,1	4,8	5,6	4,9	4,3
RORAIMA	5,6	5,2	5,1	5,7	4,3	3,9
TOCANTINS	5,5	5,1	4,7	5,6	4,7	4,0

**Fonte:** INEP (2019)

\*Anos Iniciais do Ensino Fundamental

\*\* Anos Finais do Ensino Fundamental

\*\*\* Ensino Médio

Podemos observar que as metas que mais foram alcançadas dizem respeito aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com exceção do Estado do Amapá. Em relação às metas do Anos Finais do Ensino Fundamental, o único estado que conseguiu alcançar o que foi projetado foi o Estado do Amazonas. Já em relação ao Ensino Médio, nenhum estado da Região Norte conseguiu alcançar a média projetada. Tais metas são estipuladas com base nos Planos Nacional e Estaduais de Educação.

Importante ressaltar que o cálculo do IDEB é realizado a partir das médias de desempenho das avaliações de larga escala (Prova Brasil e Saeb) e que muito se discute quanto à sua aplicação, porém, “um dos motivos da grande respeitabilidade que o IDEB obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise de sistemas de educação básica” (SOARES; XAVIER, 2013, p.906). Em nível de Ensino Superior, os estados da Região Norte apresentam o seguinte:

**Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior da Região Norte do Brasil**

Estado	Total	Privadas	Públicas Municipais	Públicas Estaduais	Públicas Federais
ACRE	12	10			2
AMAZONAS	34	31		1	2
AMAPÁ	16	13		1	2
PARÁ	91	85		1	5
RONDÔNIA	34	32			2
RORAIMA	10	7		1	2
TOCANTINS	30	24	3	1	2

**Fonte:** MEC (2022).



A partir dos dados do Quadro 2, notamos que as universidades públicas (municipais, estaduais e federais) existem em número muito inferior aos das universidades do setor privado.

## **A PESQUISA DO TIPO ESTADO DO CONHECIMENTO**

A pesquisa realizada na comunidade acadêmica pode ser realizada de diversas formas, porém, dentro do contexto da nossa atual pesquisa, escolhemos a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento por corresponder à forma de analisar o que tem sido produzido sobre a temática eleita. Como primeira etapa de pesquisa, julgamos importante fazer um mapeamento daquilo que tem sido discutido na comunidade acadêmica sobre o tema em questão para, a partir disso, compreendermos melhor o contexto pesquisado e darmos seguimento e direcionamento para o que ainda precisa ser aprofundado. Entendemos a pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, conforme explica Morisini e Fernandes (2014), como forma de

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI e FERNANDES, 2014, p.155)

A partir das palavras das autoras percebemos que, para realizar tal pesquisa, se faz necessário percorrer um caminho minucioso para se chegar aos resultados. Dessa forma, destacamos no quadro a seguir o percurso da pesquisa com foco na região Norte do Brasil, que é a região da qual os presentes pesquisadores são responsáveis dentro da referida pesquisa.

**Quadro 3:** Etapas da pesquisa do tipo Estado do Conhecimento da temática eleita

<b>Objetivos</b>
Identificar estudos e pesquisas na comunidade acadêmica da área da educação sobre o tema “monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação”
<b>Equações da pesquisa</b>
Descritores Parte 1: “planejamento educacional” +” planos municipais de educação” +” monitoramento e avaliação da educação” +”2015-2020”
Descritores Parte 2: “monitoramento e avaliação da educação” +” plano municipal de educação” +”2015-2020”
Descritores Parte 3: “monitoramento e acompanhamento dos planos municipais de educação” +”2015-2020”
<b>Âmbito da pesquisa</b>
Banco de Teses e Dissertações da CAPES
Periódicos CAPES
Scientific Eletronic Library Online (SciELO)
Grupo de Trabalho 05 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (GT05-ANPEd)
Biblioteca Virtual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)

<b>Critérios de inclusão</b>
Artigos em periódicos nacionais ou internacionais, porém, que trataram do tema e da região específica Periódicos cujos estratos estavam no intervalo entre A1 e B1 Teses e Dissertações que se enquadraram no tempo delimitado Todos os trabalhos sendo da Região Norte do Brasil
<b>Critério de exclusão</b>
Artigos, teses e dissertações que não apresentaram resumos Trabalhos que foram publicados ou defendidos fora do prazo determinado (2015-2020) Trabalhos que não estavam em português ou inglês
<b>Critérios de validade metodológica</b>
Os descritores presentes nas equações da pesquisa e os critérios de inclusão e exclusão foram rigorosamente observados
<b>Resultado</b>
Descrição de todo o percurso metodológico da pesquisa
<b>Tratamento de dados</b>
Filtrar, analisar e descrever criticamente os resultados da pesquisa

**Fonte:** Adaptado a partir de Ramos, Faria e Faria (2014)

Conforme sintetizado no Quadro 1, seguir cada etapa é de suma importância para o efetivo desenvolvimento do que foi proposto pela pesquisa. Dessa forma, quando destacamos as equações da pesquisa, as dividimos em três partes de descritores com o intuito de chegar a resultados mais concretos e específicos sobre o tema em questão. Quanto à delimitação temporal, a escolha do período de 2015 a 2020 se deu ao fato de 2015 ser o ano em que novos planos educacionais foram elaborados por todo o país e o limite de 2020, por se tratar de um quinquênio, que equivale à metade do tempo estipulado pelos planos educacionais.

Em relação ao âmbito da pesquisa, as plataformas selecionadas contemplam grande importância para a comunidade acadêmica, nesse caso, educacional, por congregarem trabalhos de alta qualidade. Como se trata de plataformas distintas, a busca por trabalhos se deu de forma diferente em cada uma delas, porém, sempre levando em consideração as etapas elencadas acima. Para melhor compreensão do caminho percorrido durante a busca de trabalhos em cada um dos âmbitos da pesquisa e do número de trabalhos encontrados em cada um deles, sintetizamos no quadro a seguir:

**Quadro 4:** Resultados encontrados referentes à Região Norte

Plataformas	Descritores	Filtros	Resultados
Banco de Teses e Dissertações da CAPES	Parte 1	Tipo: mestrado/doutorado Ano:2015-2020 Área conhecimento: planejamento educacional Área concentração: educação Instituição: Universidades Federais da Região Norte	12 trabalhos
	Parte 2	Tipo: mestrado/doutorado Ano:2015-2020 Área conhecimento: planejamento educacional Área concentração: educação Instituição: Universidades Federais da Região Norte	10 trabalhos
	Parte 3	Não houve opção de seleção	0 trabalhos
Periódicos CAPES	Parte 1	Qualquer campo “contém” planejamento educacional “contém” planos municipais de educação “contém” monitoramento e avaliação da educação Tipo de material: todos os itens Qualquer idioma Período: 2015-2020	4 trabalhos
	Parte 2	Qualquer campo “contém” monitoramento e avaliação da educação “contém” plano municipal de educação Tipo de material: todos os itens Qualquer idioma Período: 2015-2020	4 trabalhos
	Parte 3	Qualquer campo “contém” monitoramento e acompanhamento dos planos municipais de educação Tipo de material: todos os itens Qualquer idioma Período: 2015-2020	0 trabalhos
SCIELO	Parte 1	Coleções: Brasil Idioma: Português Período: 2015-2020	0 trabalhos



	Parte 2	Coleções: Brasil Idioma: Português Período: 2017-2020 (não havia opção de 2015 e 2016)	0 trabalhos
	Parte 3	Não houve opção de seleção	0 trabalhos
ANPED	Não há campo para colocar os descritores	1ª Reunião Regional da ANPEd Norte (2016) - GT05 2ª Reunião Regional da ANPEd Norte (2018) - GT05 37ª Reunião Nacional (2015) 38ª Reunião Nacional (2017) 39ª Reunião Nacional (2019)	1 trabalho 0 trabalhos 0 trabalhos 0 trabalhos 0 trabalhos
ANPAE	Não há campo para colocar os descritores	Seminário Regional nº04, Belém do Pará, (2018) XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação (2019)	1 trabalho 2 trabalhos
Total			34 trabalhos

**Fonte:** Elaborado pelos pesquisadores

Todo o percurso, conforme destacado no quadro 2, seguiu filtros específicos em cada uma das plataformas devido ao sistema de configuração e organização de cada uma delas. Dessa forma, foi possível chegar a um resultado de 34 trabalhos referentes à Região Norte, porém, mesmo com os descritores eleitos, a grande maioria dos trabalhos não contemplava a temática eleita. Em nível de refiltragem e após a leitura preliminar desses 34 trabalhos, chegamos à conclusão de que apenas 4 trabalhos contemplavam de forma mais específica o contexto do planejamento educacional. Diante do exposto, analisamos cada um desses trabalhos, a partir da matriz paradigmática (LIMA, 2003), conforme veremos a seguir.

### **MATRIZ PARADIGMÁTICA**

A partir de um esquema paradigmático feito por Gamboa (1987), Lima (2003) criou uma matriz paradigmática como sendo um roteiro básico para estudo e reconhecimento das tendências paradigmáticas ocorridas na pesquisa educacional. Tal matriz, é composta por cinco partes, quais sejam: a) identificação dos trabalhos; b) nível técnico; c) nível metodológico; d) nível teórico e; e) nível epistemológico, e nos deu suporte para aprofundarmos a análise dos trabalhos encontrados.

#### **a) Identificação dos trabalhos**

O quadro 3 sintetiza informações básicas sobre os quatro trabalhos resultantes da pesquisa do tipo Estado do Conhecimento, referente à temática eleita, com foco na Região Norte.



**Quadro 5 - Identificação dos trabalhos**

	<b>Trabalho 1</b>	<b>Trabalho 2</b>	<b>Trabalho 3</b>	<b>Trabalho 4</b>
<b>Autor</b>	Ana Luce Galvão Moreira	Rute Soares Rodrigues	Meire Lúcia Andrade da Silva	Adaires Rodrigues de Sousa
<b>Título</b>	O Plano Municipal de Educação do município de Rio Branco/AC como planejamento de políticas públicas no decênio (2015-2025): um estudo do seu processo de elaboração e concepção	Planos nacional e municipais de educação no Tocantins e institucionalização do sistema nacional de educação: perspectivas e contradições	Planejamento, Plano e Políticas Públicas Educacionais no município de Miracema do Tocantins: Reprodução e Tensionamentos	Planejamento de Políticas Públicas no Campo da Educação Municipal: Planos Municipais no Tocantins – Disputa de Intencionalidades
<b>Categoria</b>	Dissertação	Dissertação	Dissertação	Dissertação
<b>Área de concentração</b>	Educação	Educação	Educação	Educação
<b>Data de defesa/Publicação</b>	03/10/2018	17/08/2018	26/02/2019	11/2015
<b>Universidade/Região</b>	Universidade Federal do Acre UFAC	Universidade Federal de Tocantins UFT	Universidade Federal de Tocantins UFT	Universidade Federal de Tocantins UFT
<b>Orientador(a)</b>	Profa. Dra. Lúcia de Fátima Melo	Profa. Dra. Rosilene Lagares	Profa. Dra. Rosilene Lagares	Profa. Dra. Rosilene Lagares

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Os trabalhos resultantes da pesquisa fazem parte da categoria de dissertação de mestrado e contemplam apenas dois Estados da Região Norte, sendo o Estado do Acre com apenas um trabalho e o Estado do Tocantins com 3 trabalhos. Como visto pelos temas dos trabalhos em questão, todos encontram-se no âmbito das Políticas Públicas Educacionais e tratam dos planos municipais de educação no contexto do planejamento educacional.

### **b) Nível técnico**

Esse nível, diz respeito à caracterização dos trabalhos, as técnicas e os instrumentos utilizados na coleta de dados e os procedimentos no tratamento dos dados coletados (LIMA, 2003). A partir da nossa análise, constatamos que as quatro dissertações se baseiam em pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que analisam documentos normativos e recorrem à obras consagradas no campo de políticas educacionais. Para efeito de

organização, nos referiremos às dissertações como trabalhos 1, 2, 3 e 4, conforme o quadro 3.

Nos trabalhos 1, 2 e 3 a parte da revisão bibliográfica é apoiada em Minayo (1994, 2001 e 2002). A parte da pesquisa documental tem fundamento em Lakatos e Marconi (2001) nos trabalhos 1 e 3. Quanto aos procedimentos no tratamento de dados, apenas o trabalho 1 trouxe de forma clara o que foi utilizado, como expresso abaixo:

*[...] uma categoria de análise importante refere-se ao de Ciclo de Políticas proposta por Stephen Ball (1992, 1994), que dialoga com o processo de construção e concepção de política e é utilizada como referência por alguns pesquisadores brasileiros [...] outra importante categoria de análise que norteará a pesquisa é a que discute o conceito de regulação na formulação de políticas públicas (TRABALHO 1, p.15)*

### **c) Nível metodológico**

Aqui destacamos as abordagens metodológicas e processos da pesquisa dos trabalhos elencados. Em todos os trabalhos encontramos uma abordagem qualitativa, assentadas nas pesquisas bibliográficas e documentais (LIMA, 2003). O trabalho 3 destaca que “se trata de uma abordagem qualitativa, centrada na interpretação dos fenômenos” (TRABALHO 3, p.19). Já o trabalho 1 cita que

*A presente pesquisa segue uma abordagem qualitativa, descritiva analítica, tendo em vista que a investigação se propõe a analisar o processo de concepção do plano municipal de educação de Rio Branco, procurando compreender seu processo de construção, as aspirações, as relações que se estabeleceram nesse percurso (TRABALHO 1, p.20).*

Quanto à organização dos trabalhos, percebemos que todos estão divididos em introdução, três capítulos que discorrem sobre o tema proposto, considerações finais e referências. No trabalho 1, o início da discussão é marcado por um estudo do planejamento no Brasil e o foco nas políticas públicas educacionais a partir de 1990, depois parte para uma trajetória histórica dos planos nacionais de educação no Brasil e finaliza a discussão tratando especificamente do Plano Municipal de Educação de Rio Branco no que tange a sua elaboração, concepção e tramitação.

No trabalho 2, encontramos um debate histórico sobre os sistemas e planos educacionais no Brasil, que é seguido por uma discussão acerca de concepções do sistema de educação no Brasil e chega até a parte de monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação do Estado do Tocantins no período de 2016-2017.

No trabalho 3, a primeira parte teórica aborda um contexto histórico do Planejamento Educacional no Brasil, trata das perspectivas teóricas sobre monitoramento e avaliação, bem como diretrizes oficiais da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino/Ministério da Educação (SASE/MEC) e traz elementos de conceituação no campo da Políticas Públicas e Políticas Públicas Educacionais. Na segunda parte, a autora trata do

planejamento educacional de forma mais específica, pois entra no campo municipal de Miracema do Tocantins no que tange o planejamento da educação local, bem como sobre a implementação, monitoramento e avaliação do plano municipal de educação do referido município.

Por fim, no trabalho 4, a discussão no primeiro capítulo está em torno de “considerações introdutórias a respeito de diferentes tipos de racionalidade e tensões que permearam e permeiam o planejamento no campo da educação brasileira” (TRABALHO 4, p.22). Depois segue para o contexto de planejamento na esfera municipal e finaliza a discussão com a análise do processo, resultados e intencionalidades dos planos municipais de educação do Estado de Tocantins, entre os anos de 2013 a 2015.

#### **d) Nível teórico**

Nesse nível é destacado os principais temas abordados nos trabalhos, com olhar voltado para quais temáticas/problemas educacionais foram privilegiados (referentes à construção do planejamento educacional e referentes à qualidade – monitoramento/avaliação da educação), as principais críticas desenvolvidas, as principais propostas apresentadas para o encaminhamento dessas críticas e os autores mais citados.

As temáticas que mais foram identificadas nos trabalhos dizem respeito à relação Estado e Políticas Públicas; ao planejamento educacional; percurso histórico dos Planos Nacionais de Educação, sistema municipal de ensino e institucionalização do Sistema Nacional de Educação. Pudemos observar a preocupação dos autores dos quatro trabalhos em edificar suas concepções acerca da realidade que encontraram na trajetória de suas investigações, bem como a relação que estabeleceram com o contexto histórico.

Observamos que, nos quatro trabalhos, cada autor se preocupou em arrolar críticas reflexivas voltadas para o seu objeto de estudo, identificando e pontuando as dificuldades encontradas dentro do cenário institucional investigado. Assim, destacaremos a seguir as críticas principais tecidas pelas autoras em seus respectivos trabalhos.

No Trabalho 1 a autora apresentou como principais críticas que o Plano Municipal de Educação deveria ter sido mais explorado nas escolas, junto aos professores, em ações integradas e desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco e a comunidade escolar; que as reuniões para discussões foram insuficientes diante da complexidade que é elaborar um Plano Decenal; que a participação das famílias foi limitada nos momentos de discussão, reflexão e deliberação coletiva; que os maiores entraves e embates na aprovação do Plano Municipal de Educação aconteceu na Câmara dos Vereadores, onde a sessão de votação foi marcada por protestos das partes envolvidas (estudantes, religiosos, professores, sindicatos etc.); que o Plano Municipal de Educação de



Rio Branco suprimiu diversas metas tais como Educação Profissional, Educação Superior, Titulação de Professores da educação Superior e Pós Graduação que são as metas 16,17 e 18 do PNE. A destinação de apenas 20% dos recursos que são aplicados na educação municipal, também foi assinalada pela autora como preocupante, uma vez que contraria o que determina a CF/1988 e a LDB 9394/1996 que obriga aos municípios a aplicação de no mínimo 25% na educação.

Já o Trabalho 2 analisou perspectivas e contradições dos Planos Nacional e Municipais de Educação no Estado do Tocantins para o processo de institucionalização efetiva do SNE (Sistema Nacional de Educação) e para a definição das políticas públicas e a gestão da educação. De acordo com a autora,

*“as análises indicam que a institucionalização do SNE vai além da aprovação de uma lei; pois o sistema se constitui como um processo contínuo de ação coerente e articulada entre os entes federados, um trabalho em regime de colaboração, que mesmo definido na Constituição Federal, não tem sido suficiente para garantir a unidade tão necessária ao sistema educacional”.* (TRABALHO 2, p. 111).

As sérias desigualdades econômicas, sociais e regionais entre os entes federados, bem como a descontinuidade de políticas públicas sociais e gestão ineficiente foram também considerados pela autora do Trabalho 2 como fatores que geram interferência e entraves, impedindo que se tenha “um planejamento consistente e em um sistema educacional institucionalizado”.

No Trabalho 3, a autora aprofundou os conceitos teóricos e elementos normativos do planejamento educacional, identificando, a contar de 2015, os procedimentos do planejamento, monitoramento e avaliação no Município de Miracema do Tocantins, e analisou os programas, projetos e ações instalados a partir do PME de Miracema do Tocantins. Uma de suas principais críticas se deu acerca dos critérios de uma gestão que se assume como democrática, porém, no percurso de sua investigação sob acervo documental específico, notou que não houve envolvimento da sociedade, assim a autora destaca que “uma gestão que se pauta na democracia parte do planejamento participativo, visto ser esse um espaço de interlocução e decisões que deve envolver toda a sociedade, não apenas o poder público”. (TRABALHO 3, p. 102).

*No Município, apreendemos um acervo documental municipal produzido a partir das diretrizes, documentos e orientações da SASE/MEC, desde 2013, quando da elaboração do PME, que fundamentou a elaboração do Plano e que fundamenta seu processo de monitoramento e avaliação. Contudo, tendo como base o Relatório de Monitoramento e Avaliação do PME do Primeiro Biênio-2015/2017, apreendemos que as metas e estratégias do Plano foram minimamente implementadas. Ainda, assim, na sua maioria foram por meio de programas, projetos e ações emanadas do governo federal. Esse fenômeno nos chamou a atenção, pois a elaboração do Plano, como estimulado nas diretrizes, documentos e orientações nacionais,*



*deveria ter se constituído como o momento de um planejamento conjunto governo e sociedade civil, com base científica, com a utilização de recursos previsíveis e respondendo às necessidades sociais. Por isso, devem participar desse processo político-educativo o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Ministério Público e a Sociedade Civil organizada. (TRABALHO 3, p.104)*

A autora também aponta a necessidade de existirem gestores mais politizados, que atuem de forma independente dos partidos e de maneira mais fundamentada, buscando agir com propriedade e responsabilidade, desenvolvendo ações mais democráticas, de modo a alcançar e envolver a maior parte da sociedade nas decisões que envolvem os interesses da própria sociedade. O tema do Trabalho 4 volta-se para o planejamento de políticas públicas no campo da educação municipal, apreendendo, especificamente, os planos municipais de educação no Tocantins, elaborados nos anos de 2013 a 2015, mediados por disputas de intencionalidades. O autor não apresenta críticas em abundância, contudo, apresenta observações a respeito do acervo documental analisado.

*“Os documentos apreendidos, desde o final dos anos 1980, se encontram inseridos em um contexto que apresenta concepções em disputa e, por esse motivo, trazem palavras que carregam significados que se modificam em situações distintas, de modo a confundir [intencionalmente]. Assim, acompanhar o momento de implementação possibilitará maior clareza e definição da concepção que efetivamente domina o espaço de planejamento no campo da política da educação (TRABALHO 4, p.152).*

O autor também destaca a falta de alinhamento e disputa de interesses no processo de elaboração e/ou adequação de Planos de Educação no Estado do Tocantins, o que gerou Planos Municipais de Educação distintos, onde alguns estão alinhados com Plano Nacional de Educação ou com o Plano Estadual de Educação e outros não. Quanto às propostas apresentadas, a considerar que o tema dos quatro trabalhos se confluem num ponto similar que é a investigação do planejamento educacional brasileiro, que se consolida através de planos de educação, dentro desse panorama, voltam seus olhares para o planejamento educacional no tocante dos planos municipais de educação, como observamos nos trechos a seguir:

*“Estabelecer a relação entre o processo de elaboração e concepção do Plano Municipal de Educação de Rio Branco com a política educacional em seu sentido macro, delineada a partir da construção dos planos nacionais”. (TRABALHO 1, p. 20)*

*“Analisar perspectivas e contradições dos Planos Nacional e Municipais de Educação no Estado do Tocantins para o processo de institucionalização efetiva do SNE na definição das políticas públicas e a gestão da educação”. (TRABALHO 2, p. 14)*

*“Analisar os programas, projetos e ações instalados a partir do PME de Miracema do Tocantins, como resultantes do Plano, na implementação de políticas públicas educacionais”. (TRABALHO 3, p. 18)*

*“Compreender a política pública de planejamento da educação municipal do Ministério da Educação (MEC), em especial, a deflagrada no ano de 2013 por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE),*



*em que, a partir da publicação da referida Lei do PNE, Estados, Distrito Federal e Municípios, deveriam elaborar seus respectivos Planos de Educação, nos detendo no processo desenvolvido em Municípios tocantinenses, apreendendo as disputas de intenções que perpassam esse processo”. (TRABALHO 4, p. 19)*

Por fim, observamos que os autores mais citados como fontes bibliográficas nos trabalhos elencados foram Genuíno Bordignon<sup>1</sup>, Roberto Jamil Cury<sup>2</sup>, Gaudêncio Frigotto<sup>3</sup>, Rosilene Lagares<sup>4</sup>, José Carlos Libâneo<sup>5</sup>, Benno Sander<sup>6</sup>, Dermeval Saviani<sup>7</sup> e Elisângela Alves da Silva Scaff<sup>8</sup>.

### **e) Nível epistemológico**

Nesse nível são analisados os critérios de validação científica utilizados nos trabalhos, a concepção de causalidade e ciência, a relação sujeito-objeto e os pressupostos ontológicos, no que tange a compreensão das concepções de homem, história, realidade, educação, planejamento educacional e monitoramento e/ou avaliação da educação. Em relação aos critérios de validação científica, podemos citar o que já foi explicitado no nível técnico sobre os procedimentos e os instrumentos utilizados nos trabalhos referidos, porém, centrados na mensuralidade das variáveis e na precisão dos resultados. O trabalho 4, por exemplo, destaca que para a construção da pesquisa

*[...] foram realizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa documental em âmbito nacional, estadual e municipal. Como resultados, a pesquisa mostra a arena de disputas de projetos societários no campo do planejamento, os quais denominamos de intencionalidades, sendo a conservadora/alienadora e a transformadora/comprometida socialmente (TRABALHO 4, p. 8).*

Enquanto a concepção de causalidade traz a relação causa-efeito (quando um fenômeno ocorrido se dá através de uma ou mais variáveis), a concepção de ciência é a “ferramenta da mensuração cujo funcionamento propriamente dito dá-se através de experimentações e observações dos fenômenos estudados” (LIMA, 2003). Assim sendo, trazemos como exemplos trechos retirados dos quatro trabalhos, nos quais foram localizados balizadores seguros que conduziram (e permitiram) que a investigação fosse apoiada em fontes sólidas, permitindo análise, comparações, registros, apontamentos, descrições de cenários políticos, econômicos e sociais, de opiniões e levantamentos estatísticos dos fenômenos.

<sup>1</sup> Bordignon (2004, 2005, 2014, 2011)

<sup>2</sup> Cury (1998, 2000, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014)

<sup>3</sup> Frigotto (2003, 2006, 2017)

<sup>4</sup> Lagares (2008, 2013, 2014, 2015, 2016)

<sup>5</sup> Libâneo (1990, 2008)

<sup>6</sup> Sander (1985, 2007, 2005)

<sup>7</sup> Saviani (1997, 1998, 1999, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014)

<sup>8</sup> Scaff (2007, 2013)



*“Este trabalho propõe-se, a partir do estudo e da análise do documento que constitui o Plano Municipal de Educação de Rio Branco, buscar compreender como ocorreu o processo de elaboração e concepção desse documento e como se apresenta o planejamento para o próximo decênio, destacando as metas e estratégias para assegurar a melhoria e a qualidade da educação no município de Rio Branco. Fizemos, também, um movimento no sentido de conhecer se Rio Branco já viveu a vigência de outros planos, o que estabelecia suas metas, etc. Ainda nessa etapa, foi feito um levantamento dos documentos com o objetivo de buscar dados e informações acerca dos procedimentos normativos que regulamentam o Plano Municipal de Educação de Rio Branco, que consistiram nos seguintes documentos: Leis, Decretos, Jornais locais, lista de presença das reuniões de elaboração do PME, relatório da II Conferência Intermunicipal de Educação, Atas das sessões na Câmara Municipal de Rio Branco, Portarias e o próprio Plano”. (TRABALHO 1, p. 21-22)*

*“Nesse sentido, para alcançarmos os objetivos propostos, utilizamos a abordagem qualitativa (CRESWELL, 2007), com dados e informações coletados por meio de revisão bibliográfica (TRIVINOS, 1987) e pesquisa documental considerados cientificamente autênticos (PÁDUA, 1997), em especial, apreendendo um conjunto de publicações oficiais, relatórios e informações que objetivam traduzir os fenômenos sociais estudados, considerando que o conhecimento, segundo Magalhães e Albino (2010, p. 7), ‘acontece quando captamos o significado dos fenômenos valendo-se dos símbolos, da expressão, da fala, do texto, produzidos pelos sujeitos, procurando apreender os fenômenos em suas diversas manifestações e contextos.’” (TRABALHO 2, p. 19)*

*“Com objetivo analítico, orientamo-nos pela abordagem qualitativa, centrando-nos na interpretação dos fenômenos (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20): considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Para a coleta dos dados e das informações, realizamos revisão bibliográfica (SANTOS; CANDELORO, 2006), assentamo-nos em autores que dialogam sobre os temas da pesquisa, considerando-a como uma fonte de coleta de dados secundária; e pesquisa documental (GIL, 1999). (TRABALHO 3, p. 19-20)*

*Para a compreensão do tema, nos alicerçamos e buscamos as intencionalidades, ou seja, concepções, com suas racionalidades e seus conceitos, acerca do planejamento no campo da educação no Brasil, percorrendo o processo histórico de organização/ institucionalização da educação, com vistas a fundamentação para a compreensão dos documentos nacionais, estaduais e municipais, assim como do processo de planejamento desencadeado por Municípios no Estado do Tocantins. Em outros termos, uma vasta lente teórica foi construída para a apreensão e compreensão do objetivo proposto nesta pesquisa, considerando um conjunto de produções científicas relevantes, dedicadas ao estudo dos novos desenhos no campo das políticas públicas, da legislação e da gestão da educação, de modo a clarificar o objeto desde os anos 1920, enfatizando os escritos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. (TRABALHO 4, p. 21)*

No que tange a relação sujeito-objeto, o que pudemos identificar foi que os autores, através das pesquisas bibliográficas e documentais, analisaram diversos documentos normativos e demonstraram preocupação em discutir criticamente o que já foi implementado no contexto



do planejamento educacional e o que ainda está ausente no campo das Políticas Públicas Educacionais.

Por fim, nos pressupostos ontológicos, que fazem referência à natureza da realidade do sujeito que está a ser pesquisado, buscou-se nos quatro trabalhos as concepções de homem, concepção de história, concepção de realidade, concepção de educação e de pesquisa educacional.

Para Lima (2003), “homem é concebido como sujeito histórico-social inserido num contexto de contradições e esse determinado pelas condições socioeconômicas tornando-o “capital humano” dentro das relações de produção regidas pelo capitalismo”. Assim, o homem (ser humano) passa a ser agente modificador e transformador da realidade própria, abrindo caminhos que possam apontar novos percursos para a melhoria de si e para toda a sociedade. Diante disso, destacamos a seguir as amostras dos trabalhos em que percebemos nas falas dos autores, direções que nos apontam suas visões de concepção de homem (ser humano).

*As políticas públicas neoliberais conformam uma educação voltada, principalmente, para a avaliação dos resultados com base na administração gerencial, fundamentada na gestão empresarial com seus pilares definidos e estrategicamente demarcados pela política de influência dos organismos internacionais, descentralização das responsabilidades, excelência na educação, implementando uma visão do indivíduo não como **ser humano integral** (grifo nosso), mas fragmentado, à disposição do livre mercado, evidenciando o Estado mínimo na educação. (TRABALHO 1, p. 16)*

*(...) os debates da IV Conferência Nacional de Educação, que ocorreu em dezembro de 1931, contribuíram para que o manifesto se tornasse uma realidade e trouxesse a inspiração de novos ideais de educação e a necessidade da estruturação de um plano educacional que contemplasse os períodos essenciais do desenvolvimento natural do **ser humano** (grifo nosso), a considerar a escola infantil primária, que é atualmente o ensino fundamental, secundário e superior. (...) (TRABALHO 2, p. 32)*

*Para entendermos como se elaboram as políticas públicas em uma determinada sociedade e em seu conjunto, é preciso analisar seus significados históricos (PAULA, s/a). (...). No campo da educação, são emanadas do Estado, como qualquer outra política pública, e implicam em escolhas e decisões, que envolvem **indivíduos, grupos e instituições** (grifo nosso). (TRABALHO 3, p. 55)*

*Quando passamos aos espaços institucionais, “que implicam ações coletivas dirigidas a objetivos comuns que transcendem os **indivíduos** (grifo nosso), impõe-se a necessidade do planejamento em sentido próprio, o qual assume a característica de um instrumento destinado a assegurar a racionalidade das ações empreendidas”. (SAVIANI, 2013, p. 8) (TRABALHO 4, p. 25)*

Quanto à história, “é concebida como o movimento dinâmico da realidade construída a muitas mãos, condicionada pelas ações dos sujeitos e pelas manifestações de suas ideias. Alguns autores a denominam como a ponte que relaciona o passado ao futuro” (LIMA,



2003). A seguir, destacamos exemplos de concepções de história pelos trabalhos elencados:

*Em uma análise da história da educação em nosso país, é possível verificar que esses instrumentos representaram, efetivamente, uma perspectiva real da garantia do direito de aprender para todos e para cada um dos brasileiros. É importante citar os avanços na legislação nacional (...)* (TRABALHO 1, p. 12)

*(...) identificamos a concepção de sistema; apresentamos anotações históricas para o SNE, compreendendo ser um debate recorrente na história da educação nacional, mas atual por ainda não estar resolvido e consolidado. Abordamos também a trajetória histórica do PNE, resgatando o primeiro Plano aprovado pelo Congresso, em 2001 (...).* (TRABALHO 2, p. 19)

*No início dos anos 1990, Gracindo (1994, p.13) mostrou que a educação brasileira vinha acumulando ao longo de sua história uma série de fracassos que desaguam em um quadro de total precariedade do ensino público, em todos os níveis.* (TRABALHO 3, p. 79)

*(...) apreendemos conceitualmente dois campos de intencionalidades no planejamento que ganham mais força no campo da educação brasileira em sua história (...). Isto, retratando o período a partir dos anos 1920, em um “esforço suplementar de compreensão da situação atual”. (...)* (TRABALHO 4, p. 25)

No que tange à realidade, LIMA (2003) indica que “é entendida como a totalidade concreta ou o contexto em que vive o homem e se desenvolvem suas relações. Desse ângulo a realidade consiste no modo de ser das coisas fora da mente ou independente dela”. Assim, a partir desta premissa, dentro do pressuposto ontológico concepção de realidade, abundantes exemplos foram detectados, dentre os quais extraímos um de cada trabalho, a saber:

*Os planos consistem em importantes instrumentos de gestão, cujos objetivos e metas perpassam inúmeros desafios que traduzem a realidade territorial do Estado, permitindo uma articulação com as demandas dos municípios (...)* (TRABALHO 1, p. 38)

*As demais metas do PNE (p. 3), de 6 a 20, precisam ser analisadas com o contexto local e mensuradas de forma coerente com a realidade.*

(TRABALHO 2, p. 89)

*Para os autores, a maior parte da literatura concorda com a ideia de que a implementação é responsável pelo sucesso ou fracasso de uma intervenção governamental na realidade.* (TRABALHO 3, p. 91)

*Conceber o planejamento como instrumento metodológico e sistematizado com vistas à intervenção na realidade requer, segundo Vasconcellos (2010, p.75), entendimento e vivência, “como postura (algo reelaborado e interiorizado pelo sujeito), como forma de organizar a reflexão e a ação, como estratégia global de posicionamento diante da realidade”.* (TRABALHO 4, p. 53)

Antes de extrairmos dos trabalhos analisados a concepção de educação, continuamos a referenciar Lima (2003) que nos traz a seguinte afirmação



A educação na perspectiva do paradigma dialético, segundo atestam os autores das dissertações e teses, consiste na “prática da liberdade” em que o homem organiza o seu espaço social, luta para superar as injustiças e se dispõe a aprender novos caminhos que o ajude a refletir sua existência como ser-no-mundo e transformá-la, quando se fizer necessário. (LIMA, 2003, p. 208)

Assim, à luz desse contexto, destacamos o seguinte:

*A educação, nesse sentido, passa a ser vista como um dos instrumentos necessários à formação do capital humano e o sistema educacional passa a se constituir em requisito essencial ao desenvolvimento do país.* (TRABALHO 1, p. 60)

*A definição de políticas públicas para o campo da educação no país e a gestão educacional têm provocado um importante movimento trazendo para o centro da discussão a educação como um dos direitos sociais inerentes para a sociedade brasileira, conforme posto na Constituição Federal, no artigo 6º (BRASIL, 1988).* (TRABALHO 2, p. 12)

*(...) o desenho do horizonte a alcançar é dado pela concepção de educação adotada, que se fundamenta na concepção de pessoa humana e sociedade, vale dizer, de cidadania.* (TRABALHO 3, p. 28)

*(...) adequar suas metas às necessidades imediatas de uma determinada gestão governamental, ou planejar a educação com o sentido social e valorativo com vistas a preparar o indivíduo para gozar em sentido pleno de seus direitos fundamentais no campo da cultura e da atuação no trabalho* (FONSECA, 2013). (TRABALHO 4, p. 28)

Por derradeiro, trazemos a concepção dos autores no tocante à pesquisa educacional, que trata de investigar as diligências advindas dos problemas pertinentes à educação, à luz do questionamento crítico-reflexivo (LIMA, 2003). Assim sendo, nossos destaques compreendem os seguintes trechos sobre a pesquisa educacional:

*Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a reflexão acerca da elaboração e concepção do Plano Municipal de Educação de Rio Branco no campo das pesquisas educacionais, como campo privilegiado de estudo e investigações, em particular sobre as políticas educacionais voltadas para os Planos Nacionais e Municipais de Educação, especialmente que o legitime como organismo vivo e ativo.* (TRABALHO 1, p. 6)

*(...) a pesquisa adentrará a realidade do contexto educacional trazendo um conjunto de elementos relacionados a sistemas e planos, nosso objeto de estudo, posto que “a pesquisa deve dominar a matéria até o detalhe; analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e descobrir a conexão íntima que existe entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que o movimento real pode ser adequadamente exposto”.* (MARX, 1984, apud ALVES, 2010, p.5). (TRABALHO 2, p. 15)

*(...) essa é uma pesquisa que contribuirá teoricamente no tange a confirmação da importância do planejamento no campo educacional. Isto, especialmente, no contexto do governo Jair Bolsonaro, que se anuncia com medidas conservadoras, cuja literatura aponta uma concepção de planejamento conservadora/alienadora, não transformadora/comprometida socialmente* (SOUSA, 2015). (TRABALHO 3, p. 19)

*O planejamento no campo da educação aqui é concebido como em uma arena de disputa. Para tanto, como estratégia de aproximação da realidade concreta, buscamos compreender o nosso objeto de pesquisa a partir de*

*duas intencionalidades que disputam os rumos da educação (...).*  
(TRABALHO 4, p. 19)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa do tipo Estado do Conhecimento aqui apresentada, constatamos que, apesar de ocupar lugar de suma importância no contexto educacional, estudos e pesquisas sobre o planejamento educacional na Região Norte do Brasil, em especial, sobre monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação, não possuem número significativo diante do cenário das pesquisas na comunidade acadêmica. Os quatro trabalhos resultantes para desenvolvermos essa primeira etapa da pesquisa trouxeram-nos três estudos focados no Estado do Tocantins e um estudo no Estado do Acre, não sendo contemplados, portanto, os estados do Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

A partir da leitura inicial dos respectivos trabalhos, percebemos que todos contextualizam o processo histórico da educação no campo do planejamento educacional e traz para a discussão o contexto de criação e implementação do Plano Nacional de Educação, que acaba por ser a base para a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. Os trabalhos também nos trazem elementos importantes para o processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação, sendo dados valiosos para a compreensão das intencionalidades que estão por trás dos respectivos planos, bem como para o entendimento das potências ou fragilidades constatadas durante tais pesquisas no processo de elaboração desses planos. Intervenção do Poder Público, metas não atingidas, processos ditos democráticos, porém, não efetivos, também foram pontos levantados pelos autores.

Diante de todo o exposto, reafirmamos a importância da pesquisa educacional no contexto das Políticas Públicas Educacionais, mais especificamente no que se refere ao planejamento educacional, uma vez que este é elemento motriz para ações no campo da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos planos educacionais, objeto central de nossa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- AZANHA, J. M. Política e Planos de Educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. *Cadernos de Pesquisa*, n.85. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1993.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, 2022. *Contando Ciência na Web*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-norte>. Acesso em: 26 fev. 2022.
- GAMBOA, S.A.S. *Epistemologia da pesquisa em educação: estruturas lógicas e tendências metodológicas*. Campinas/SP: Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado), 1987. Disponível em: <http://143.106.227.105/handle/REPOSIP/251514>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- HORTA, J. S. B. Planejamento educacional. In: SAVIANI, Demerval et. al. *Filosofia da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=REGIÃO+NORTE> . Acesso em: 25 fev. 2022.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *IDEB – Resultados e metas*. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 20 mar. 2022.
- LIMA, P.G. *Planejamento educacional: monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação da região metropolitana de Sorocaba/SP*. Departamento de Ciências Humanas e Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – campus Sorocaba/SP. 16p. 2020.



LIMA, P.G. *Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional*. São Paulo, Brasil: Amil Editora, 2003.

MEC. Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. Brasil, 2022. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

MOREIRA, A. L. G. *O plano municipal de educação do município de Rio Branco/Acre como planejamento de políticas públicas no decênio (2015-2025): um estudo de seu processo de elaboração e concepção*. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Cela, Universidade Federal do Acre - Ufac, Rio Branco, 2018. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6558039](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6558039). Acesso em 10 dez. 2021.

MOROSINI, M.C. FERNANDES, C.M.B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação por escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.154-164, jul-dez, 2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em 16. mar. 2022.

RAMOS, A.; FARIA, P.M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2269/2185>. Acesso em 16. mar.2022.

RODRIGUES, R. S. *Planos nacional e municipais de educação no Tocantins e institucionalização do Sistema Nacional de Educação: perspectivas e contradições*. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas, 2018. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7207753](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7207753). Acesso em 10 dez. 2021.

SCAFF, E. A. S., OLIVEIRA, M. S., LIMA, S. E. O Planejamento Educacional frente às fragilidades da democracia brasileira. *ETD- Educação Temática Digital*. Campinas, SP. v.20 n.4 p. 905-923 out./dez. 2018. Disponível em:

<file:///C:/Users/danix/Downloads/acdiasjr,+8649255-42141-1-CE.pdf>. Acesso em 12 mar. 2022.

SILVA, M. L. A. *Planejamento, plano e políticas públicas educacionais no Município de Miracema do Tocantins: reprodução e tensionamentos*. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas, 2019. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8722115](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8722115). Acesso em 12 dez 2021.

SOARES, J.F.; XAVIER, F.P. *Pressupostos Educacionais e Estatísticos do Ideb*. Educação & Sociedade, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/13.pdf>. Acesso em 25 fev. 2022.

SOUSA, A. R. *Planejamento de políticas públicas no campo da educação municipal: planos municipais no Tocantins – disputa de intencionalidades*. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas, 2015. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3090302](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3090302). Acesso em: 12 dez. 2021.

